



Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 1. 065 de 13. 07. 1992 - D.O.U. de 15.07.1992)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido pela Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 382 de 22.03.2000 – D.O.U. de 24.03.2000)

CURSO DE DIREITO PROGRAMA DE DISCIPLINA - 4º ANO

DISCIPLINA: INFORMÁTICA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 30 horas/aula

TIPO DA DISCIPLINA: Obrigatória

ANO DE APLICAÇÃO: 2011

EMENTA

Informática e Cibernética. Informática e sistemas dinâmicos determinísticos, com execução em computadores eletrônicos. Informática e comunicação. Aplicações da Informática Jurídica. Aplicações na administração judiciária. Aplicações na tomada de decisões judiciais. Aplicações na administração pública. Aplicações na obtenção de informações judiciárias. Aplicações na utilização de teorias estatísticas.

1. OBJETIVOS

- 1.1. Estudar informática e os sistemas dinâmicos determinísticos, com execução em computadores eletrônicos.
- 1.2. Saber aplicar a informática jurídica na tomada de decisões judiciais.

2. CONTEÚDOS

- 2.1. Informática e cibernética.
- 2.2. Informática e comunicação.
- 2.3. Informática e sistemas dinâmicos determinísticos com execução em computadores eletrônicos.
- 2.4. Aplicações da informática jurídica na tomada de decisões judiciais.
- 2.5. Aplicação na obtenção de informações judiciais e na utilização da teoria estatística.
- 2.6. Os bancos de dados.
- 2.7. A Internet como ferramenta da Informática Jurídica. Novos conceitos de Hardware e Software.

3. METODOLOGIA

O conteúdo será realizado através de Aulas Expositivas e Estudos de Casos.



Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 1.065 de 13.07.1992 - D.O.U. de 15.07.1992)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido pela Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 382 de 22.03.2000 – D.O.U. de 24.03.2000)

4. RECURSOS

Serão utilizados como apoio à ação pedagógica o uso de retroprojetores e o Laboratório de Informática do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

5. AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será através de Provas Escritas.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINHEIRO, P.P. *Direito digital*. São Paulo: Saraiva, 2011.

PAESANI, L. M. *Direito e internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil*. São Paulo: Atlas, 2000.

ALMEIDA FILHO, I. C. A. *Manual de Informática Jurídica e direito da Informática*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

6.2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GREGO, M.A. ; MARTINS, I. G. da S. (Coord.). *Direito e internet: relações jurídicas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PIMENTEL, A. F. *O direito cibernético: um enfoque teórico e lógico aplicativo*. São Paulo: Renovar, 2000.